

### **Minuta de ACORDO DE PLANO DE REEMBOLSO DE APOIOS SOCIAIS**

Entre:

#### **1.º OUTORGANTE:**

INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP, I.P.), instituto público integrado na administração indireta do Estado nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de Julho, na sua atual redação, pessoa coletiva de direito público n.º 501 442 600, com sede na Rua xxxxxxxx, n.º xxx xxxx-xxx, em XXXXX, *(alterar de acordo com a ENTIDADE FORMADORA)* representado por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DELEGADO REGIONAL de XXXXXXXX, com poderes para o ato, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos – adiante designado por Primeiro Outorgante;

#### **2.º OUTORGANTE:**

*(Nome formando)*, residente em *(morada)*, portador do CC xxxxxxxxxxxxxxxx e o NIF xxxxxxxxxxxxxxxx.

É celebrado o presente Acordo de reembolso em prestações, que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula 1.ª**

O Segundo Outorgante declara que deve ao Primeiro Outorgante a quantia de xxxxxxxx €, resultante de apoios sociais recebidos indevidamente no período entre \_\_\_\_ e \_\_\_\_, no âmbito da frequência da ação de formação \_\_\_\_ realizada em *(local)*.

#### **Cláusula 2.ª**

O Primeiro Outorgante aprova, um plano de pagamento em prestações do valor referido na cláusula primeira, em benefício do Segundo Outorgante, nos seguintes termos:

- a. Pagamento de *(n.º de prestações)* prestações mensais no valor de xxxxxx €, totalizando a quantia em dívida de XXXXXX €;
- b. O plano de pagamento decorrerá entre X de XXXXX de 202X *(data do vencimento da 1.ª prestação)* e XX de XXXXXXX de 20XX.

Cláusula 3.<sup>a</sup>

O Segundo Outorgante declara comprometer-se ao cumprimento pontual do plano de pagamento em prestações acima referido.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

A falta de realização de uma das prestações por parte do Segundo Outorgante importa o vencimento das restantes, por aplicação do regime constante do artigo 781.º do Código Civil (CC), seguindo-se, na falta de pagamento voluntário no prazo concedido, a instauração do processo de execução fiscal, para cobrança coerciva do valor em dívida.

Por estarem de acordo com o presente clausulado, vai o mesmo ser assinado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

xxxxx, aos x dias do mês de xxxxx de 20xx

Pelo  
Instituto do Emprego e da Formação  
Profissional, I.P.  
(ou pela Entidade Formadora)

Formando